

Juliana Gelbcke ¹

Luiz Fernando Cerri ²

INTRODUÇÃO

No final de 2008 fui presenteada com o livro *1808* do escritor Laurentino Gomes. Eu já havia me surpreendido com a quantidade de pessoas que estavam lendo e recomendando o livro, que vinha dividindo prateleiras e índices de vendagem ao lado de livros como *Harry Potter* e *A Saga Crepúsculo* - algo que me chamou atenção, pois, a *priori*, se tratava de um livro de história de não-ficção; ora, os livros de história não costumam ser assim tão populares.

O livro que conta a saga da vinda da família real para o Brasil no início do século XIX foi publicado em 2007 e teve alta repercussão midiática, perdurando durante meses na lista dos mais vendidos da revista *Veja*. Ainda não é tarefa muito difícil encontrá-lo em diversos sebos e livrarias do país. Se visitarmos algumas escolas, principalmente aquelas que atendem a um público característico da classe média, é quase impossível não encontrarmos um aluno que nunca tenha lido ou ouvido falar no *best-seller* *1808*.

O autor de *1808* é formado em jornalismo pela Universidade Federal do Paraná e trabalhou como repórter e editor para o jornal *O Estado de S. Paulo* e para a revista *Veja*; foi também diretor da Editora Abril. Laurentino Gomes é membro titular da Academia Paranaense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Em 2008 entrou na lista dos 100 brasileiros mais influentes da revista *Época*, na categoria de *Artistas e Criadores*. Foi trabalhando como editor da revista *Veja* que, através de um projeto que tinha como proposta a publicação de especiais históricos como brinde da revista, que Gomes deu início ao seu primeiro livro: *1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil, lançado “às vésperas” do aniversário de 200 anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil*. Três anos depois, Gomes publicou o livro *1822 – Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado*; e atualmente, os leitores aguardam ansiosamente o novo projeto: o livro *1889*, que narrará sobre a Proclamação da República.

Na condição de um jornalista que escreve sobre história (e é bem sucedido nisso), Gomes gerou certa polêmica no meio acadêmico. Houve algumas críticas acadêmicas ao trabalho do autor, como por exemplo, o da professora da USP e diretora do Museu Paulista, Cecília Helena de Salles Oliveira, que

¹ Graduada em História pela Uepg. E-mail: juliana.gelbcke@yahoo.com.br

² Orientador. Doutor em Educação (Unicamp). Professor do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

publicou na *Revista de História da Biblioteca Nacional* uma resenha desfavorável a um dos livros de Gomes. Na reportagem, afirmava:

A “técnica jornalística” que o autor diz adotar, con tudo, não é inocente do partido que tomou. O enredo apresentado - desmentido por obras que ele mesmo cita e pela literatura atualmente disponível - sugere que o voluntarismo de indivíduos comanda a História, que a sociedade brasileira, tanto no passado quanto no presente, é incapaz de se autogovernar, e que ainda estão por nascer o povo e a nação brasileiros. Edições como esta disparam, sobretudo, um alerta: não educam, desinformam, são conformistas e encontram espaço nos meios de comunicação. (OLIVEIRA, 2010, p. 92)

Assim como também algumas resenhas favoráveis foram publicadas em periódicos de grande circulação, como é o caso do professor da Universidade Estadual Paulista, o historiador Jean Marcel Carvalho França (2007):

Gomes procura contar esta história de maneira bastante didática, recorrendo a constantes aproximações com acontecimentos e figuras do nosso tempo e destacando um ou outro personagem mais “curioso”. O autor, no entanto, não apela nem para o caricato, nem para o deboche, nem para o excessivamente pitoresco, passando longe, pois, de uma certa história jornalística “riponga” e grotesca que anda por aí.

Mas, como diria o próprio Gomes (2011) em entrevista ao programa *Roda Viva*: “(...) o historiador, o jornalista, o escritor, quanto ele decide produzir alguma coisa, ele tá na chuva, ele tem que conviver com as críticas, e as críticas às vezes são favoráveis, às vezes são contra e é natural que seja assim”.

Movida então por uma preocupação com o ensino de história, já não pareceu mais suficiente me ater ao ensino que ocorre exclusivamente dentro dos limites da sala de aula, mas também com aquilo que está fora dela, presente no cotidiano dos indivíduos, parte de uma cultura histórica. Essa é a tarefa reflexiva da Didática da história, como nos coloca Bergmann, ou seja, de verificar os diferentes discursos históricos dispostos na sociedade e como eles são apreendidos social e cognitivamente. Sendo assim, e, frente ao sucesso e repercussão do livro de Laurentino Gomes, me coube a pergunta: o que produz o jornalista quando escreve história? Será que se transforma magicamente em historiador, como também indaga Bonaldo (2010, p. 11) ou apenas reduz, simplifica grosseiramente os acontecimentos do passado? O que essa narrativa jornalística da história ensina aos sujeitos?

História sem historiadores e história pública

À luz das estrelas sorridentes, o velho está sentado, um gibão colocado sobre os ombros vergados pela idade. Seus olhos avermelhados fixam o semicírculo de rostos curiosos e ansiosos diante dele – rostos de quem apenas fez alguns poucos passos de uma triilha obscura e insegura chamada vida, rostos jovens, sem temor da tristeza, da doença e da ira – os rostos luminosos, descontraídos das crianças.

O fogo dança no meio da fogueira redonda de barro, como uma menina em sua alegria simples de viver. Ele consome os gravetos e a lenha seca, com que uma garota o alimenta, e nada deixa além de cinzas quentes. Manda para o domo estrelado de um céu tranquilo sua fumaça avermelhada e suas próprias e efêmeras estrelinhas.

Subitamente o velho sente um grande peso sobre seus ombros – uma grave responsabilidade para com esses jovens que os cercam, tão cheios de esperança. Seus velhos ombros magros caem ainda mais, ele suspira; um pigarro áspero arranha sua garganta, ele engole e sopra o fogo, como o fizeram antes dele seus pais e antepassados, e começa a velha, velha história, que - como sabe – repetirá tal qual a ouviu há muito tempo, sem nada alterar ou mesmo acrescentar ou retirar uma simples palavra: Indaba – Meus filhos!

Pós-apartheid, a narrativa histórica supra citada representa a tentativa de um zulu em resgatar e defender a cultura de seu povo contra a predominância ocidental (branca) (RÜSEN, 2001, p. 156). O conto nos evidencia a importância da narração na vida humana: transmitir relatos, sejam eles reais ou fictícios, faz parte de nosso cotidiano e de nossa constante preocupação em atribuir sentido à vida. A história do povo zulu, repassada de geração a geração, garante a manutenção da identidade do grupo e sua sobrevivência no tempo, pois, ao trazer o passado à luz do presente, os indivíduos acabam modificando sua maneira de interpretar o hoje, reinterpretar suas memórias e, consequentemente, olhar para o futuro. Sendo assim, podemos afirmar que a história possui a função social de garantir a orientação dos indivíduos no tempo.

É desta forma que, por exemplo, professores e historiadores asseguram sua profissão, pois partem da “ideia de que qualquer tema ou assunto pode ser mais bem compreendido através do recurso à sua história, conhecendo-se seus antecedentes, seu contexto de surgimento, interesses e sujeitos envolvidos, discursos para validá-los em diversas conjunturas históricas, e assim por diante” (CERRI, 2011, p. 57). No entanto, essa finalidade da História não parece ser tão simples assim de definir ou explicar. Há uma incansável busca dos historiadores em encontrar novas maneiras de responder à indagação, à primeira

vista inocente, feita pela criança: “pai, então me explique para que serve a história”, a qual culmina sempre em novos métodos, novas concepções e envolve um problema muito maior que é o da própria legitimidade da história (BLOCH, 2001, p. 41).

Ou seja, é colocado em (re) discussão o próprio ofício do historiador/professor, cuja função (seja a de formar o cidadão crítico, seja a de produzir história com coerência), possui sempre um compromisso social, o de apresentar de maneira significativa as reflexões acerca do passado a fim de fomentar as orientações históricas que sustentam uma dada sociedade. Entretanto, para cumprir satisfatoriamente essa função, é necessário que o historiador, assim como Bloch exaltou como elogio ao bom escritor, saiba “falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares” (BLOCH, 2011, p.41), tornando suas produções acessíveis a todos os indivíduos.

Porém, especialmente nas últimas décadas, tem ecoado reclamações de que os historiadores têm escrito somente para seus pares. A história acadêmica aparenta estar sendo relegada cada vez mais à “crítica roedora dos ratos”: são centenas de teses e dissertações catalogadas pelo esquecimento nas bibliotecas universitárias. Parece que os mestres do ofício perderam a capacidade de diálogo com o público não especializado, e esse “vácuo” deu margem para que inúmeros outros agentes (que não historiadores) se dedicassem ao ofício da escrita da história - o que vem causando certo desconforto dentro da academia, tanto pela perda de espaço, quanto pela desconfiança sobre a qualidade dessas produções. O fato é que os historiadores não detêm a exclusividade das produções que descrevem, explicam, narram ou proporcionam reflexões sobre o passado. Outras profissões conseguem, legalmente e socialmente, o monopólio de suas atividades, como médicos, engenheiros, dentistas, entre outros. O mesmo não ocorre com os historiadores formados academicamente, o que não se trata de defender ou não que seja assim, mas de refletir sobre o fenômeno social da inexistência da profissionalidade e do reconhecimento da profissão de historiador.

Esses inúmeros agentes – jornalistas, literatos, médicos(!), cineastas, etc. – adotam o ato de escrever história senão como um passatempo, como uma atividade secundária frente ao seu principal ofício, logo, não possuem as mesmas amarras metodológicas.

5 Pedagogia pela qual se reforça a ideia de que o trabalho é o melhor meio para a aprendizagem, e que a aprendizagem de um ofício é o melhor caminho para formar homens de bem, pois o trabalho dignifica o homem.

6 Jurista e professor tornou-se um nome de projeção nacional ao desempenhar a função de Juiz de Menores no Rio de Janeiro de 1965 a 1975.

cas e, geralmente, nem os mesmos objetivos que os historiadores. Isso propicia, de certa forma, maior liberdade no ato de escrever história, permitindo a esses sujeitos focar em aspectos como a linguagem, a relação com o tempo presente, as peculiaridades do passado; conseguindo assim construir uma literatura clara, fluída e envolvente que dialoga com os mais diferentes públicos leitores, tornando o passado muito mais acessível, suprindo desta forma, o vácuo deixado pelos historiadores. No entanto, será essa “inabilidade”, essa falta de popularidade dos historiadores em “se fazer entender”, consequência de falta de talento ou estilo na escrita? Ou seria fruto de uma relação com certa cultura academicista?

Há pouco tempo, uma reportagem editada pela revista Ciência Hoje, da historiadora Keila Grinberg, comentava o recém-publicado artigo da Associação Americana de História: “No more plan B” (Não mais plano B), indagando, dentre outras coisas, sobre a função social dos historiadores nos dias atuais,

defendendo que as chamadas carreiras alternativas, principalmente no campo do ensino e da história pública, não deveriam ser mais o plano B dos recém-doutores na área de história, mas sim o caminho principal. E isto não apenas porque falta vaga no mercado, mas porque os historiadores devem rever a sua relação com a sociedade, deixando de ver a si mesmos apenas como profissionais que pesquisam e ensinam dentro da universidade (GRINBERG, 2012).

Enfrenta-se aí, então, um problema muito maior que envolve a necessidade de uma reforma nos cursos de formação destes profissionais, e mais ainda, de uma mudança em toda a lógica acadêmica. Há um complexo sistema burocrático envolvendo as pesquisas e publicações. A CAPES, por exemplo, é a instituição máxima responsável pela avaliação dos centros de pesquisa e pós-graduação e seus critérios de qualidade são, basicamente, numéricos (apesar de este fator numérico contemplar, em alguns aspectos, fatores qualitativos): o número de publicações de cada pesquisador, o número da qualificação desses locais de publicação, o número de doutores dentro das universidades... Acarretando, desta forma, em uma “flagrante competição entre os programas de pós-graduação – (os que) têm mais recursos e bolsas de estudos aqueles cujos professores têm produção acadêmica considerada mais qualificada” (GRINBERG, 2012).

Lembrando que, além disso, assim como foi assinalado na reportagem de Grinberg, materiais produzidos em equipe, como os livros didáticos; ou materiais divulgados em meios menos convencionais, como filmes e sites, não são reconhecidos ou possuem um nível de qualificação muito baixo - algo que chega a ser um pouco destoante, pois é justamente esse tipo de material que atinge grande circulação entre os indivíduos não especializados. Como consequência desses fatores tem-se um desestímulo às pesquisas voltadas para a aplicação social, gerando um produtivismo acadêmico em que as produções geralmente não ultrapassam os muros das universidades.

Outra questão que contribui para esse isolamento da história especializada, e que também não deixa de estar intimamente relacionada a essa lógica academicista, é a questão da narrativa na prática historiográfica, ou, como provocou Lawrence Stone, o “retorno da narrativa”, e que emerge com força após a crise dos modelos explicativos, permanecendo uma incógnita até os dias atuais:

Na nossa contemporaneidade, com a tão propalada crise dos grandes modelos explicativos (e das filosofias da história que os legitimavam), estas questões ganharam uma nova relevância. Voltam à baila temas clássicos da epistemologia da história: a questão do estatuto do discurso histórico e das formas de comunicação do saber produzido pelos historiadores; os temas da neutralidade, da objetividade e da subjetividade; as noções de “fato” e de “acontecimento”; a natureza do documento, etc. Mas um dos temas mais polêmicos das duas últimas décadas é certamente o “retorno da narrativa” (para usar a expressão provocadora de Lawrence Stone) na escrita contemporânea da história. A reflexão sobre a narrativa na prática historiográfica tem o mérito de reagrupar aquelas questões clássicas sob novos enfoques, livres das dogmáticas científicas e abertos a uma reavaliação radicalmente crítica do discurso histórico. (BENATTE, 2000, p.65)

Vários são os autores e as vertentes que se dedicam a debater essa questão, “da filosofia analítica anglo-americana à teoria literária estruturalista e pós-estruturalista; da hermenêutica de Gadamer e Ricouer à teoria dos tropos literários de Hayden White; da história da historiografia ocidental à ‘metaficção historiográfica’ (Linda Hutcheon) no romance pós-moderno” (BENATTE, 2000, p.65). Diante disso, qualquer generalização seria um grande equívoco. No entanto, é interessante focar-se em três grandes escolas historiográficas que se preocuparam em alcançar o estatuto científico à disciplina de História para que assim se possa traçar um panorama geral de como a história se afastou dos domínios da narrativa.

É oportuno utilizar-se aqui, então, da indagação

levantada por Rüsen (2000, p. 126): a cientificação não colocaria o pensamento histórico em contradição com sua função de orientação da vida prática? Ou então como questionou Benatte (2001, p. 66): “Como o processo de cientificação da história passou pela estratégia de afastar a narrativa dos domínios de Clio?”. Clio – a Proclamadora, filha de Zeus e de Mnemósine (a Memória), é uma das nove musas gregas e representa a história e a criatividade. Não à toa, algumas de suas representações trazem a musa coroada com folhas de louro, portando em uma das mãos um livro intitulado “Tucídides”, revelando a preocupação em registrar os acontecimentos; e em outra mão uma trombeta, representando a anunciação em forma de música, de arte. A musa adotada pelos historiadores como a deusa da História une os dois elementos: livro e trombeta, a escrita da história e a criatividade. Quando foi então que esses elementos afastaram-se? Como foi que a história afastou a preocupação estética de suas produções?

Se pensar narrativa como relato, exposição de fatos, de acontecimentos, a história então, nunca deixou de ser narrativa, “há autores que afirmam que a história, a mais nomológica, a mais estrutural, jamais abandonou a narração. Esses autores sustentam que a forma própria do discurso histórico é e sempre foi a arte da narrativa” (REIS, 2006, p. 132). No entanto, esses muitos embates que tratam do dilema da narrativa na história, se referem a uma questão muito mais relacionada ao estilo e às formas com que a historiografia se apresenta. Sendo assim, Benatte, apoiado em Costa Lima, afirma que essa “recusa da narrativa” na História parece estar ligada a uma “vontade de verdade”. A influência vinda da filosofia Iluminista é um marco importante nesse processo, pois “tornar a história um saber racional significava, antes de tudo, expurgar dela todos os elementos da fábula” (BENATTE, 2000, p. 66); a busca por um método racional, científico era essencial para atingir o verdadeiro conhecimento. Embutida a essa ideia de encaixar a história no “método universal da razão”, ao exemplo das ciências naturais, começava a despontar lentamente a intenção em alcançar um estatuto de científicidade para a História. Entretanto, isso não significou de fato uma separação entre o estético e o retórico, mas começava-se, desta forma, a abrir pequenas fendas entre os dois campos.

Até o século XVI, e sem contradição com o ideal de discurso verdadeiro sobre o passado, o texto histórico confundia-se com o texto que hoje chamamos “literário”. O historiador sempre fora, desde a antiguidade clássica, um narrador. A história era concebida como um ramo da retórica e um gênero

narrativo particular. Narrar, para o historiador, era sobretudo contar os acontecimentos notáveis do passado, escrever um relato circunstanciado, registrar os feitos dos grandes homens, seu heroísmo cívico, sua virtude ou santidade, seu exemplo digno de perdurar na memória da humanidade. Com o orgulho racionalista do século das luzes, a cosmovisão burguesa penetrou a historiografia. A recusa da fábula como o “outro” da verdadeira história foi o primeiro passo na adoção de uma série de paradigmas científicos que levaria a um verdadeiro obliteramento da narrativa na historiografia dos séculos XIX e XX. (BENATTE, 2000, p. 70)

Assim como afirmou o autor, a filosofia das luzes viria, portanto, a influenciar as escolas historiográficas, sobretudo na segunda metade do século XIX. Alguns exemplos acentuantes desse momento merecem ser esmiuçados, como a Escola Histórica Alemã, a Escola Metódica e a Positivista que, aos poucos, foram lapidando o método histórico em busca de uma científicidade legítima, acabaram refletindo em um distanciamento da narrativa.

A Escola Histórica Alemã, tendo Leopold von Ranke como um dos grandes nomes, preocupou-se em afastar a história da invenção e da fabulação e ater-se aos fatos, acreditava ser possível “reconstituir o passado tal como fora”. Sendo assim, a primeira exigência para a prática histórica, para Ranke, era o “puro amor à verdade”, o historiador, seguindo o rigor do método, chegaria ao conhecimento verdadeiramente objetivo. Contudo, Ranke acreditava que a história deveria ser totalmente neutra e imparcial, assim como as ciências naturais. No entanto, o autor ressaltava que “a história distingue-se de todas as outras ciências por ser também uma arte. A história é uma ciência ao coletar, buscar, investigar; ela é uma arte porque recria e retrata aquilo que encontrou e reconheceu” (BENTIVOGLIO, 2010, p. 141). Para o historiador alemão, enquanto ciência a história se parece com a filosofia e enquanto arte, a história se parece com a poesia. A diferença é que, enquanto a filosofia e a arte trabalham com o ideal, a história deve se ater à realidade, buscando sempre se afastar da imaginação literária.

A preocupação em libertar a história da metafísica para, através do empirismo, atingir o conhecimento mais objetivo possível, foi também uma das principais atenções da Escola Positivista. Com a lógica dos três estados, Comte encaixou a história na “física social”, almejando o estatuto científico à disciplina. Para os positivistas, todo o conhecimento só era verdadeiramente válido se fosse científico; portanto,

O objetivo da história positivista é a formulação de leis que tornem inteligível e previsível o processo histórico. Renuncia-se ao estudo das causas das leis, no sentido de que tudo o que não pode ser empiricamente comprovado não é digno de menção. Essa renúncia à metafísica das causas não significa em hipótese alguma que o positivista renuncie também à compreensão do processo histórico a partir de suas leis invariáveis. Pelo contrário, a história é submetida à metodologia das ciências exatas e biológicas, donde podemos afirmar que as interpretações organicistas e de determinismo geográfico presentes em alguns trabalhos historiográficos vinculam os mesmos indissoluvelmente ao viés positivista. (CERRI, 1997, p. 144).

Texto programa da Escola Metódica Francesa, a *Introdução aos Estudos Históricos de Langlois e Seignobos*, se preocupou em legitimar um método histórico dividido em três etapas: heurística (pesquisa), operações analíticas (crítica interna e externa) e operações sintéticas (escrita histórica). O resultado de tudo isso seria um produto histórico científico, capaz de reviver o passado. Ainda que não procurassem leis a la Comte, os metódicos compartilhavam com os positivistas a preocupação por objetividade, empirismo e rejeição à metafísica. Segundo Benatte, “para Langlois e Seignobos, os verdadeiros sábios – e não à toa eles citam Newton e Lavoisier como exemplares – não têm a pretensão de serem lidos, apenas desejam sinceramente que os conhecimentos por eles produzidos sejam incorporados, cumulativamente, ao patrimônio científico da humanidade” (BENATTE, 2000, p. 74).

Por mais que a Escola Metódica francesa tenha adotado um modelo de conhecimento positivo pautado no modelo das ciências naturais, eles se preocuparam em não simplesmente adotar para a História o método das demais ciências: “os processos racionais, que nos levam a atingir o conhecimento histórico, são tão diferentes dos das demais ciências que devemos conhecer-lhes as peculiaridades, para fugirmos à tentação de aplicar à história os métodos das ciências já constituídas” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p. 10). Ou seja, se preocuparam em constituir um método próprio em busca de um conhecimento verdadeiro através dos documentos.

As três Escolas, devido a aproximação metodológica que tiveram em diversos momentos, como a preocupação por objetividade e rejeição da metafísica, foram confundidas como a “mesma coisa” pela historiografia posterior, sobretudo pela *Escola dos Annales*. No entanto, é importante ressaltar as peculiaridades de cada uma delas, pois, em alguns aspectos,

acabavam tendo consideráveis divergências - o manual de Langlois e Seignobos, por exemplo, começa com uma “Advertência” direcionada aos positivistas e às filosofias Hegelianas (que acabaram embasando o pensamento da Escola Metódica Alemã). Entretanto, todas estavam unidas pela incansável busca pela científicidade, tão característica do século XIX.

Embebida pelas ideias vindas desde o Iluminismo, a história teve como principal preocupação durante o século XIX a busca pela legitimidade científica. Ao tentar adequar-se a esse método que, em um primeiro momento, adotava como modelo as ciências naturais, tentou afastar de si tudo o que fora antes - procurou se desvincilar do metafísico, do imaginário, do rótulo de “literatura”; desta forma, acabou camuflando a preocupação pela narrativa (em seu sentido estético). Essa preocupação por científicidade, vinda desde os positivistas e incrementada ao longo dos anos, vai desembocar em outras concepções metodológicas da história, como a Marxista e os Annales, que influenciarão o método das futuras gerações de historiadores. Essa “história-problema” se posicionava contra a história narrativa tradicional, considerando-a, como afirmou Reis, superficial e ingênua:

Contra ela, argumentava-se que organizava os eventos em uma trama cujo fim já se conhecia. Seu modelo era a biografia. Os eventos únicos e incomparáveis eram incluídos em uma continuidade, ganhando um sentido que lhes vinha do exterior, uma teologia. O narrador se ocultava e o texto parecia representar o real enquanto tal. A narrativa tradicional revelava a temporalidade linear, irreversível, da história psicofilosófica. Ela oferecia um “efeito de objetividade”, ao fazer o real coincidir com a escrita. Narrar era mostrar o que de fato aconteceu. Ela pretendia fazer uma reconstituição única do que de fato se passou. A história narrativa tradicional criava consenso onde havia conflito, pois era um olhar de cima, a partir das elites políticas. (REIS, 2006, p. 132)

Reconhecendo a impossibilidade de narrar os fatos tal como se passaram, a história-problema admite que o historiador escolhe e constrói seu objeto e interroga o passado; sendo obrigado a assumir a subjetividade do discurso e explicar seus pressupostos. Ela trata não mais da política, dos indivíduos, de eventos, mas das grandes estruturas, de economias, sociedades, coletividades. “Aceitou-se até que a história não se refere ao tempo; que ela o abole ao dar ao seu objeto um tratamento lógico. E esse controle lógico do tempo a tornaria um ‘estudo cientificamente conduzido’” (REIS, 2006, p. 133).

No entanto, a história-problema começou a ser criticada, sobretudo pelos historiadores do final do século XX, por não considerar os sujeitos, os eventos.

Tendo em vista que na história espera-se uma relação mais estreita com o vivido, com o tempo, com os homens (REIS, 2006, p.133), essa história estrutural já não correspondia aos anseios/carências dos indivíduos. A grande crise desses modelos explicativos veio com o pós-Segunda Guerra, com a insurgência de uma nova sociedade, como afirma Jameson (1985, p. 26):

Como venho sugerindo, marxistas e não-marxistas confluíram para um sentimento comum de que a certa altura, após a II Guerra Mundial, uma nova espécie de sociedade começava a se formar (variadamente descrita como sociedade pós-industrial, capitalismo multinacional, sociedade de consumo, sociedade dos mídia e assim por diante). Novos tipos de consumo, obsolescência programada, um ritmo ainda mais rápido de mudanças na moda e no styling, a penetração da propaganda, da televisão e dos meios de comunicação em grau até agora sem precedentes e permeando a sociedade inteira, a substituição do velho conflito cidade e campo, centro e província, pela terciarização e pela padronização universal, o crescimento das grandes redes de auto-estradas e o advento da cultura do automóvel — são vários dos traços que pareciam demarcar uma ruptura radical com aquela sociedade antiquada de antes da guerra.

Esse período conturbado do pós-guerra, assinalado por uma sociedade marcada pelo impulso do processo de globalização, pela desintegração colonial, expansão dos direitos civis, emergência de inúmeros grupos sociais (como as rebeliões estudantis, o movimento das mulheres, de negros, entre outros); caracteriza-se por mudanças drásticas no entendimento dos conceitos de identidade e cultura (ALVES, 2009, p. 85). As formações culturais e sociais passam a ser percebidas como heterogêneas, múltiplas, entrelaçadas, dispersas, (...); desta forma, “as ideias que sustentavam a possibilidade de apreender os fenômenos culturais como totalidade ou consenso, pretendendo com isso oferecer uma definição absoluta, passaram a ser consideradas insustentáveis e inviáveis” (ALVES, 2009, p. 85).

Com isso, emergiu também a necessidade dos indivíduos em se encontrar na história, fazer parte dela, a fim de suprir suas novas carências temporais motivadas por essa nova sociedade. Desta forma, os historiadores passaram a enxergar a premência em levantar novas discussões acerca de seu ofício e da função social e cultural da história. Sendo assim,

a história problema entrou em crise! A história voltou a tratar dos homens no tempo, e a forma conceitual tornou-se insatisfatória, por negar a dimensão da temporalidade. Ela se afastara de seu foco central, os próprios homens, reais, em seu lugar e data, com seus projetos, motivos, intenções, angústias e sofrimentos. Além disso, assim como os narrativistas tradicio-

nais eram ingênuos quando à confiança na capacidade do historiador de reconstituir o real enquanto tal, os conceitualistas eram confiantes demais na capacidade explicativa de seus conceitos. (REIS, 2006, p.134)

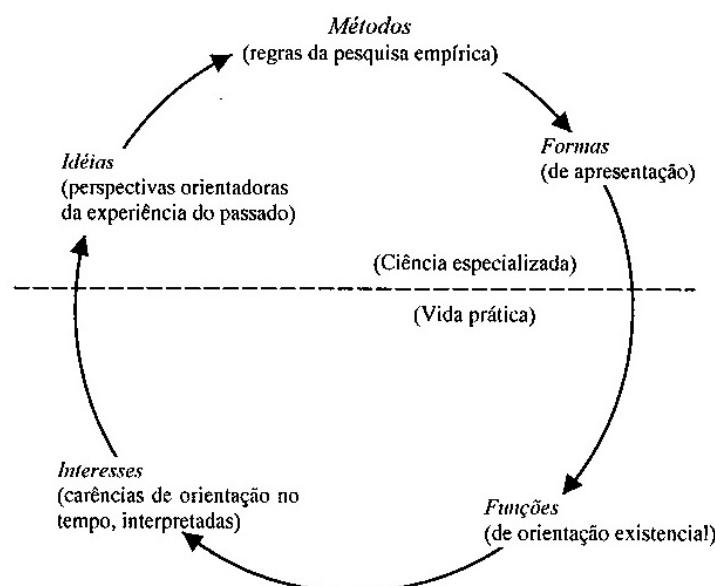
Se, enquanto nos séculos XIX e início do XX a racionalidade moderna exerceu hegemonia, concedendo aos historiadores a exclusividade de serem os únicos a refletirem e produzirem sobre o passado, a partir dessa segunda metade do século XX, com o aumento de proezas por novas reflexões acerca do passado capaz de suprir o vácuo deixado pelo realismo, a produção historiográfica se expande para além dos domínios acadêmicos, tendo os historiadores que dividir com outros sujeitos o espaço da produção de uma cultura histórica. Desta forma, Flores define:

Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma pléiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais. (FLORES, 2007, p. 95)

Ou seja, há uma explosão de diferentes agentes escrevendo história; as reflexões acerca do passado não são mais especiais acadêmicas. Ainda que a maioria desses mais heterogêneos sujeitos não tenha a mesma pretensão e o mesmo cuidado metodológico que os historiadores diplomados, escrevendo ou apresentando, muitas vezes, a história de um jeito

estereotipado e equivocado, o fato é que a história nunca esteve tão próxima dos sujeitos. O *boom* que é demarcado historicamente principalmente com o pós-guerra estende-se e ganha forças até os dias atuais. As quatro gerações passadas, por exemplo, não tiveram o mesmo acesso que a geração presente tem: são os dinâmicos jogos de vídeo games; ilustrados periódicos de banca (*Aventuras na História*, *História Viva*, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, etc.); filmes que vão do cinema hollywoodiano ao conceituado cinema europeu; desenhos animados e revistas em quadrinhos, abordando temas como o traumático nazismo, por exemplo; a escola, com todos os seus progressos e desafios, buscando cada vez mais se aproximar da realidade dos alunos; a própria mudança de objeto dos historiadores, como ao exemplo de Hobsbawm que escreve desde a história do jazz até o marxismo no século XXI.

Pode-se aprender e apreender história, desta forma, com os mais diversos conteúdos através de inúmeros modos diferentes. Esse fator facilita aos indivíduos a busca por respostas no passado para suprir suas carências de orientação insurgentes no tempo presente. Segundo Rüsen, essas carências de orientação que geram interesse cognitivo pelo passado através de indagações como “quem somos nós?”, “quem são aqueles que não fazem parte do nosso grupo?”, “qual nossa origem?”, entre outras questões ligadas às identidades, e que motivam, por sua vez, os indivíduos a procurarem respostas no conhecimento histórico. Desta forma, Rüsen idealizou uma matriz disciplinar da história, traçando uma relação entre a vida prática e a ciência especializada:



Fonte: Rüsen, Jörn. Razão Histórica. Brasília: Ed. da Unb, 2001, p. 35

Segundo o historiador alemão, a matriz permite distinguir o pensamento histórico constituído científicamente do pensamento histórico comum. Trata-se de um sistema dinâmico que traça a interdependência entre os cinco fatores do pensamento histórico em que a vida prática motiva as pesquisas e produções da história enquanto ciência; os resultados desta, por sua vez, colaboram para a resignificação temporal no âmbito da vida prática dos indivíduos. Sendo assim, Rüsen defende a importância da profissionalização didática dos historiadores, “esse papel consiste em transmitir aos historiadores em formação uma concepção sólida da especialidade profissional de sua ciência” (RÜSEN, 2001, p. 38). A didática da história tem a função de construir uma ponte de mão-dupla entre a vida prática e a ciência especializada. Desta forma, Bergmann (1990, p. 29) afirma:

Uma reflexão é histórico-didática na medida em que investiga seu objeto sob o ponto de vista da prática da vida real, isto é, na medida em que, no que se refere ao ensino e à aprendizagem, se preocupa com o conteúdo que é realmente transmitido, com o que podia e com o que devia ser transmitido. Refletir sobre a História a partir da preocupação da Didática da História significa investigar o que é apreendido no ensino da História (é a tarefa empírica da Didática da História), o que pode ser apreendido (é a tarefa reflexiva da Didática da História) e o que deveria ser apreendido (é a tarefa normativa da Didática da História). Esta é, portanto, uma disciplina científica que, dirigida por interesses práticos, indaga sobre o caráter efetivo, possível e necessário de processos de ensino e aprendizagem e de processos formativos da História.

Ou seja, a Didática da História é importante para que o conhecimento histórico cientificamente produzido intervenha de forma explicativa e eficaz na vida prática dos indivíduos; assim como também é importante para, através de investigações na vida prática, indicar à ciência especializada o que é necessário ser pesquisado e produzido no momento. Sendo assim, Bergmann defende a Didática da História como fator indispensável para a Ciência Histórica exatamente por causa do fato de ela indagar sobre e problematizar este significado (BERGMANN, 1990, p. 34), evitando assim que a Ciência Histórica venha a se isolar do mundo prático, perdendo sua capacidade de corresponder às necessidades de orientação histórica que sustenta uma dada sociedade.

No entanto, para que o conhecimento histórico volte para o âmbito da vida prática de maneira satisfatória, “convém evitar a alternativa improdutiva ‘ciência ou literatura’ e renovar a proposta rankeana da unidade de ciência e literatura” (RÜSEN, 2010, p. 20). Sendo assim, Rüsen ressalta duas fases distin-

tas do processo histórico de conhecimento que, segundo o autor, aparecem sempre juntas: pesquisa e apresentação histórica. “Na pesquisa trata-se de uma forma cognitiva, de uma estrutura de pensamento, baseada nas regras dos procedimentos adotados para lidar com a experiência, ou seja, em princípios metodológicos” (RÜSEN, 2010, p. 22); logo, é responsável pelo caráter científico do conhecimento. Já “na apresentação, trata-se de uma forma expressiva, de formulação lingüístico-‘literária’, baseada nas regras dos procedimentos adotados para lidar com o interesse histórico, ou seja, em princípios estéticos e retóricos” (RÜSEN, 2010, p. 22). O autor ainda afirma:

A apresentação historiográfica é, por conseguinte, um modo da constituição narrativa de sentido, no qual domina o fator da relação ao público-alvo, de dirigir-se a alguém mediante o pensamento histórico (que, aliás, sempre é pensado para alguém, para um público ou para um grupo de pesquisadores, por exemplo). É determinante desse modo e de sua especificidade científica o ponto de vista da relevância comunicativa. Ela diz respeito à receptividade das histórias. Ela consiste em que a recepção do saber histórico apresentado pela historiografia possa ocorrer, na vida prática, de modo sustentável. (RÜSEN, 2010, p. 28).

Portanto, é necessário que o conhecimento historiográfico cientificamente produzido torne-se acessível aos indivíduos que não são especialistas em história, pois, assim como Bonaldo ressalta, na medida em que o vocabulário do especialista, suas metodologias empregadas vão afastando o público não especializado do acesso ao conhecimento histórico produzido, então, “a função historiográfica de suprir as carências de orientação dos homens no tempo corre o risco de se tornar uma quimera irrealizável” (BONALDO, 2010, p. 23).

Seja pela lógica acadêmica, seja pelos resquícios do conceito de ciência positiva ainda hoje percebida na esfera dos especialistas, o fato é que os historiadores estão encontrando dificuldades para reconhecer, querer e conseguir descer de suas torres de marfim. Enquanto isso, os diversos outros agentes se encarregam de traçar o diálogo próximo com o público geral que, para usar um termo de Rüsen, continua tendo necessidade de orientação temporal. Sobre essas produções não acadêmicas, Bonaldo (2010, p. 23) afirma:

Precisamos admitir, no entanto, que esse topo – seja por sua presença esmagadora num tempo de longa duração, seja por seu caráter simples e pedagógico – possui uma respeitável capacidade de sedução diante dos grandes públicos. Não parece haver nada mais transparente para se definir o papel da história e, de uma só vez, orientar os homens no

tempo. O uso de sua fórmula nos dá um senso práctico que hoje claramente falta à prosa acadêmica. E, se os acadêmicos não usam mais o passado dessa maneira, ou não lançam mão de seus artifícios, nada impede que outros o façam.

Os jornalistas são os agentes que mais parecem se destacar nesse meio da história não especializada academicamente. Benito Schmidt, traçando um apanhado das produções biográficas, percebeu um crescimento de 55% do gênero em um período de sete anos (1987-1994). O autor observava que a maioria dessas produções pertencia a jornalistas, e ainda constatava: “com suas pesquisas minuciosas e seu estilo envolvente, conquistaram o público e a crítica” (SCHMIDT, 1997, p. 3). Por não possuírem a mesma obrigação metodológica que os historiadores, os jornalistas se encontram em posição mais livre para escrever sobre história, buscando outras metodologias e estratégias narrativas com o objetivo de conquistar a atenção dos leitores. E são muito bons nisso, basta ver a popularidade que suas produções atingem. Pensando nisso, surge a questão: Mas afinal, o que de fato produz o jornalista quando escreve sobre história? Essa questão tentará ser respondida através da análise do livro *1808*, um dos livros de história escrito por jornalista com maior repercussão nos últimos tempos.

Narrativa jornalística da história no livro *1808*

Características do livro *1808*

Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil? Essa é a questão que o livro *1808* publicado pelo jornalista Laurentino Gomes, vai se ocupar em responder ao longo de 367 páginas. O “livro-reportagem”, como o próprio autor o classifica, narra o processo de transferência da corte portuguesa para o Brasil no início do século XIX e traz a pretensão de descrever o que “de fato aconteceu” no país há dois séculos. Organizado em 29 capítulos que seguem uma cronologia linear para contar desde o processo de “fuga” da família real portuguesa até o retorno de D. João VI a Portugal em 1821, o livro tem como um dos principais objetivos, pontuado por Gomes, tornar a história narrada mais acessível aos leitores que se interessam pelo passado, “mas não estão habituados nem dispostos a decifrar a rebuscada linguagem acadêmica que permeia toda a bibliografia sobre 1808 e seus desdobramentos”

(GOMES, 2007, p. 22).

Publicado em 2007 pela editora Planeta, um ano antes do bicentenário da vinda da família real portuguesa para o Brasil e, consequentemente, um ano antes das festividades de 200 anos da fundação do Banco do Brasil (o que teve alta repercussão midiática), essas datas, como afirma Bonaldo:

(...) nos obrigam a lembrar o passado toda vez que nos preparamos com seus múltiplos de cinco – 100 da Origem das Espécies de Darwin, 55 anos da Segunda Guerra Mundial, 20 anos da queda do Muro de Berlim... – dispõe ocasiões comemorativas. Ao proporcionar oportunidades de lembrar coletivamente, fazem na verdade mais do que isso: elas atualizam o passado. (BONALDO, 2010, p. 27)

Esse tipo de ocasião gera o “gancho” perfeito para publicações dessas reflexões históricas envolvidas. O livro não demorou muito tempo para se tornar um best-seller nacional; é difícil não encontrá-lo nas diferentes livrarias, bibliotecas públicas e sebos do país. Já em 2008 ganhou dois de seus maiores prêmios: o Jabuti, na categoria de melhor livro-reportagem, e Melhor Ensaio, Crítica ou História Literária de 2008 da Academia Brasileira de Letras – por indicação do historiador José Murilo de Carvalho. Em 2009 contava com sua oitava edição e, nesse mesmo ano foi também lançado em Portugal. Até março de 2012, o livro estava há 196 semanas na lista dos mais vendidos da revista *Veja* e, junto com o livro *1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado*, publicado em 2010 e também lançado em Portugal computava 1,5 milhão de exemplares vendidos.

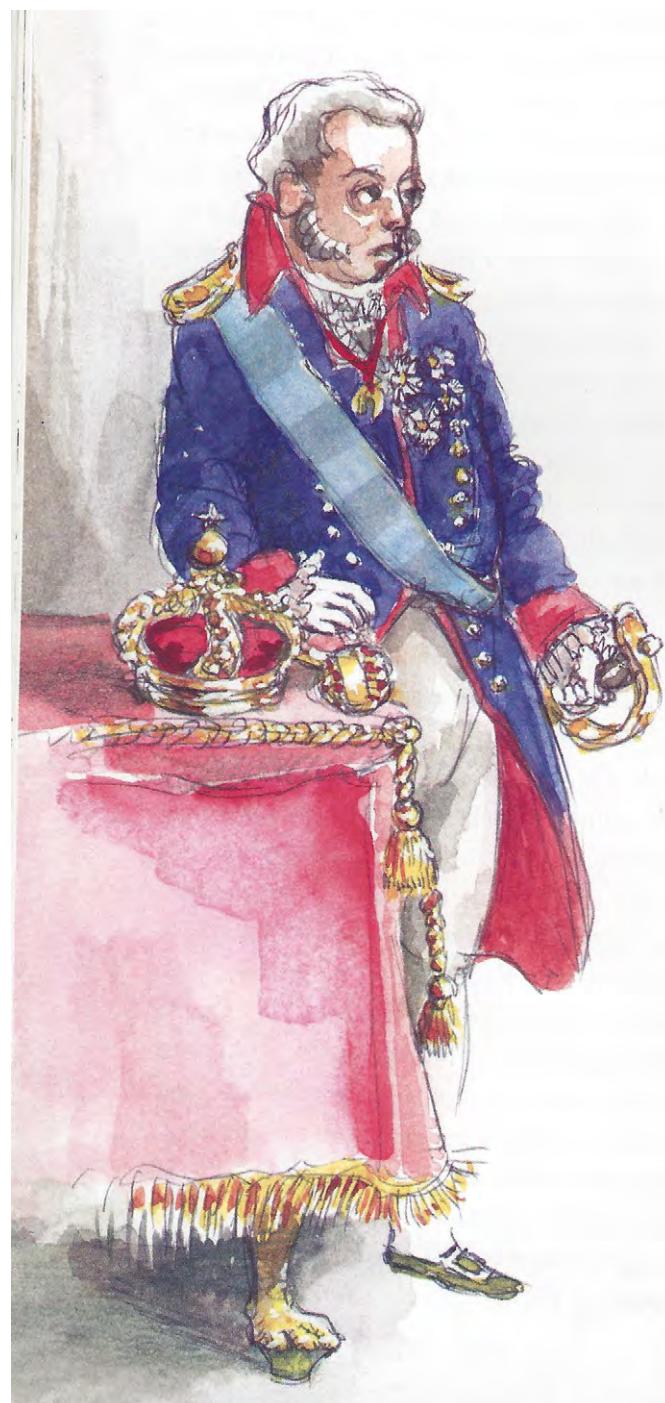
Como parte de uma estratégia de marketing, foram lançadas várias outras versões, como áudio-livro, edições ilustradas, DVDs, versões voltadas ao público jovem, com a pretensão de atingir a novos públicos leitores. Nas palavras do próprio Laurentino Gomes (2011):

Nós vivemos numa época em que as pessoas consomem informação, cultura e entretenimento de forma diferenciada no tempo, no espaço e no formato, basta ver as redes sociais. Então, nós precisamos perder a ilusão de que é possível atingir toda audiência possível potencial num único formato: só na televisão, só no rádio, só no jornal, ou só no livro. Então eu sempre trabalho com o conceito de multiformato, eu fiz livro adulto, livro juvenil, áudio-livro, livro digital, tem site na internet, eu tô nas redes sociais, eu participo de facebook, de twiter, fiz um DVD, participei de eventos, vou a feiras literárias, que é parte dessa estratégia multiformato: é você levar o mesmo conteúdo em formatos diferentes.

Percebe-se, dessa maneira, uma preocupação mercadológica que coloca também a narrativa histórica como produto de uma indústria cultural, ou seja, inserida em uma lógica de mercado que leva em conta tiragens, versões, disputas editoriais e a própria lógica do consumo, inserida dentro de uma conjuntura capitalista. Essa lógica, por sua vez, trabalha em uma perspectiva na qual o enredo obedece a uma ordem dos fatos que culminam na produção de uma narrativa histórica singular, não abrindo a novas perspectivas interpretativas, trabalhando com elementos chamaivos como os estereótipos, os detalhes minuciosos, o uso de uma linguagem clara e aproximativa, enfim, elementos que procuram despertar o interesse do leitor-consumidor.

A Edição Juvenil Ilustrada, por exemplo, é uma adaptação linguística da obra em sua versão original. Editada pela jornalista Denise Ortiz, ela condensa e reordena as informações para facilitar a compreensão do novo público leitor que deseja atingir, neste caso o público jovem. A versão juvenil é inteiramente ilustrada em aquarela pela artista plástica Rita Bromberg Brugger que, como consta na Introdução do livro, “produziu suas ilustrações com base em rigorosa pesquisa histórica” (GOMES, 2008, p. 10); sendo assim, as imagens também oferecem um tipo de interpretação ao leitor. Essas diferentes estratégias utilizadas no livro procuram atrair um tipo específico de consumidores, disponibilizando reflexões sobre o passado atrativas para o presente desses sujeitos.

Publicada pela editora Planeta Jovem em 2008, o livro *1808 - Edição Juvenil Ilustrada* conta, até o momento, com mais de 11 reimpressões. As 148 páginas, o que significa metade da versão original, ou seja, mais uma estratégia para tornar a leitura fluída e interessante ao leitor jovem, são organizadas em 5 capítulos sem títulos, mas com chamadas criativas, que, junto com as imagens, incitam a curiosidade do leitor, como por exemplo: “D. João, um rei que tinha medo de trovões e caranguejos, desembarca no Rio de Janeiro. O encontro de dois mundos até então estranhos e distantes” (GOMES, 2008, p. 76).



D. JOÃO VI

Fonte: GOMES, Laurentino. 1808. São Paulo: Ed. Planeta Jovem, 2008, p. 76.

Para um público infanto-juvenil, inserido em um mundo visual e digital em que as informações correm rápidas, um público que está iniciando seu interesse pela leitura, o valor da imagem joga um peso bastante grande. Além de ser muito atrativa e despertar o interesse, a imagem traz informações de uma maneira muito mais imediata e assimilável do que o relato escrito. Além do mais, proporciona determinada representação de realidade que, muitas vezes, se confunde com a própria realidade, carregando a

sensação de estar reproduzindo a “verdade”, o que “de fato aconteceu”. Quando essa nova versão do livro *1808* concilia frases simples e chamativas com as ilustrações, elas acabam servindo para reafirmar, dar ênfase àquilo que o texto descreve.

Assim funciona também com o livro *1808* em sua versão original e ilustrada. O livro traz alguns quadros e gravuras separados do corpo do texto, como por exemplo, a gravura da *Vista da Praça do Palácio* de Jean Baptiste Debret (1834-1839), o óleo sobre tela de Domingos Antônio Siqueira (1768-1837) sobre a *Alegoria da chegada da família de D. João VI*, ou a gravura intitulada *Court Day at Rio* do livro *Sketches of Portuguese life manners and costume and character*, de APDG (1826). Essas ilustrações cumprem um papel de fonte enquanto evidência; no entanto, a postura do autor não é a de interpretação crítica dessas fontes imagéticas. Portanto elas são usadas como fonte de autoridade, no sentido de favorecer a característica da obra como “histórica”, mas não há uma tomada crítica da mesma – isso revela outra fonte de sucesso, que é encaixar-se com uma perspectiva preexistente no público leitor, sem forçá-lo a se deslocar de sua percepção tradicional. O exercício iconográfico que permite decodificar a realidade externa, explícita na obra, bem como analisar a realidade interna da representação, isto é, sua face oculta, não é realizado. Retoricamente, Gomes monta a narrativa histórica buscando utilizar-se do uso de fontes (sejam elas imagens, apoio em citações de historiadores, entre outras); no entanto, essas fontes primárias e/ou secundárias não são problematizadas, elas servem para ilustrar, dar legitimidade ao discurso, torná-lo convincente e persuasivo.

Já na Edição Juvenil Ilustrada o livro adota outras metodologias que levarão em conta a realidade desse novo público para tornar o discurso convincente. O uso constante de fontes, o apoio em historiadores para dar validade ao conteúdo já não faz mais tanto sentido quando o público alvo é um público infanto-juvenil que está desenvolvendo o hábito da leitura. Entrando no universo desses jovens leitores, o livro busca despertar o imaginário, uma aproximação com a realidade do leitor, estratégias percebidas através da adaptação linguística sempre apoiada nas ilustrações em aquarela, facilitando, deste modo, cognitivamente a percepção do leitor. Como por exemplo, os dois livros trarão uma mesma passagem sobre D. João VI, relatando sobre os “hábitos de higiene” do príncipe regente. Na versão original, esta passagem está no início do capítulo 13, intitulado *D. João*:

Os médicos recomendaram-lhe banho de mar. Como temia ser atacado por crustáceos, mandou construir uma caixa de madeira, dentro da qual era mergulhado nas águas da Praia do Caju, nas proximidades do Palácio de São Cristóvão. A caixa era uma banheira portátil com dois varões transversais e furos laterais por onde a água do mar podia entrar. O rei permanecia ali dentro por alguns minutos, com a caixa imersa e sustentada por escravos, para que o iodo marinho ajudasse a cicatrizar a ferida. Esses mergulhos improvisados na Praia do Caju, a conselho médico, são a única notícia que se tem de um banho de D. João nos treze anos em que permaneceu no Brasil. (GOMES, 2008, p. 92)

Já na Edição Juvenil a mesma passagem é encontrada no subtítulo *D. João e suas manias*, tais subtítulos que fragmentam o texto em todos os capítulos dessa versão, colaboram para uma “limpeza” visual e para a fluidez da leitura, diferentemente da versão original que adota apenas os capítulos como meio de fragmentar o texto e os assuntos. Na versão destinada aos jovens, a citação termina como está acima e traz uma ilustração caracterizando a cena narrada:

! joao vestia-se mal. repeu a mesma
ecusava-se a trocá-la mesmo quando
da. “A sua roupa habitual era
cosa de galões velhos,
s”, conta Pedro
ira dessa
famo-
dos
s,



A BANHEIRA PORTÁTIL DO REI
Fonte: GOMES, Laurentino. 1808. São Paulo:
Ed. Planeta Jovem, 2008, p. 93

A versão original do livro *1808*, por sua vez, além de utilizar-se de notas para referenciar o texto e sugerir leituras, prosseguirá o parágrafo buscando a intervenção dos historiadores para apoiar sua afirmação:

Quase todos os historiadores o descrevem como um homem desleixado com a higiene pessoal e avesso ao banho. “Era muito sujo, vício de resto comum a toda a família, a toda a nação”, afirmou Oliveira Martins. “Nem ele, nem D. Carlota, apesar de se odiarem, discrepavam na regra de não se lavarem.” A relutância da corte portuguesa em tomar banho contrastava com os costumes da colônia brasileira, onde o cuidado com

o asseio pessoal chamava a atenção de quase todos os viajantes que por aqui passaram nessa época. “Apesar de certos hábitos que aproximam da vida selvagem os brasileiros da classe baixa, qualquer que seja a sua raça, é para notar que todos eles são notavelmente cuidadosos com a limpeza do corpo”, escreveu o inglês Henry Koster, que morou no Recife entre 1809 e 1820. (GOMES, 2007, p. 153).

Esses exemplos expressam as diferentes estratégias adotadas pelos dois livros para atrair o interesse de seus diferentes leitores. Percebe-se na versão original da obra uma preocupação em dar maior legitimidade aos seus conteúdos, procurando se apoiar no uso de fontes - embora quase não se utilize de fontes primárias, ao invés disso recorre aos “estudiosos que se dedicam ao difícil e paciente trabalho de pesquisa” (GOMES, 2007, p. 24) com esses documentos. Sobre isso, Bonaldo afirma:

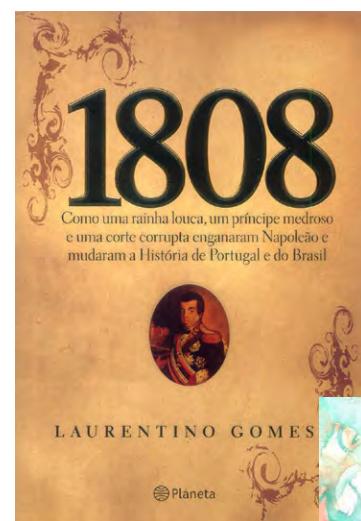
Em um nível mais abstrato, corresponde ao princípio jornalístico das fontes qualificadas – ao comunicador social, caberia compilá-las, bem ao sabor de um jornalismo informativo, supostamente neutro em opiniões ou interpretações, juízos delegados a autoridades mais competentes. O resultado é um estilo argumentativo muito próximo do jornalismo diário. (BONALDO, 2009, p. 204)

O próprio Gomes afirmou em entrevista ao programa *Roda Vida* da TV Cultura, em dezembro de 2011, que o caráter de seus livros era a reportagem. Gomes falava que o fato de escrever sobre história não o transformava em outro tipo de profissional, alegando que apenas mudava o formato de seu trabalho, em que a reportagem sempre fora a essência. Com uma nova forma, um novo ritmo de trabalhar, que consistia em ler e pesquisar bastante, ir aos locais históricos, Gomes afirmava: “olhar esses locais com os olhos de um repórter. Ir ao Museu do Ipiranga em SP, ao cais de Belém em Lisboa de onde a corte saiu, esse olhar continua jornalístico. É isso que eu procuro passar pros meus livros e pros meus leitores”. Ou seja, a pretensão nunca foi escrever um livro de história acadêmico, mas um livro de história-reportagem.

É recorrente no livro o uso dos historiadores para apoiar uma afirmação feita pelo autor. Como se eles agissem como autoridades científicas que certificam a veracidade dos acontecimentos: “observou o historiador”, “registrou”, “assinalou”, “anotou”, “na opinião da historiadora, autora do melhor livro já escrito sobre”, “na avaliação do historiador”, “escreveu a historiadora, uma autoridade no assunto”, “já bem avaliado pelos historiadores”, entre outras inúmeras expressões que acompanham os acadêmicos e parecem dar credibilidade e veracidade ao assunto tratado por Gomes.

Já a edição juvenil ilustrada, ainda que seja dependente da versão original, reordena e condensa as afirmações, chamando as imagens para complementá-las. Aparece muito pouco, se comparada com a versão original, a utilização de citações diretas de historiadores. Não existem notas de rodapé, nem as referências bibliográficas aparecem. O texto é todo trabalhado em função da visualização. Não há sequer uma página que apareça sem uma imagem; essas imagens, por vezes chegam a ocupar páginas inteiras, ora ou outra acompanhada com frases de efeito. É como se o livro estivesse contando um conto mediante, principalmente, a ilustração imagética.

Nas duas obras, há a valorização dos personagens, dos detalhes das situações que tornam a leitura interessante e próxima dos leitores. O interessante em cotejar as duas obras é observar como autor trabalha com as especificidades de cada uma, rearticulando as informações e mudando as estratégias de texto para envolver esses diferentes públicos e dar convencimento a sua narrativa. Fato percebido já na capa dos livros, por exemplo, em que os numerais do título aparecem contornados refletindo o dourado, portando uma sensação de imponência, de realeza, e que ganham um ar descontraído na edição juvenil, com o numeral coroado remetendo à ideia do ano 1808 como um ano ligado à monarquia.



1808: VERSÃO ORIGINAL
Fonte: GOMES,
Laurentino. 1808. São
Paulo: Ed. Planeta, 2007



1808: EDIÇÃO JUVENIL
Fonte: GOMES,
Laurentino. 1808. São
Paulo: Ed. Planeta, 2007

As bordas com traços semelhantes a iluminuras, a aparência de um papel envelhecido e desbotado ao fundo, contrapõem o velho, o antiquado do passado com o descontraído do presente posto no subtítulo: *Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal de do Brasil*, exaltando características, senão cômicas, curiosas a respeito dos personagens históricos, parecendo desvendar a seriedade a que são tratadas.

A relação da narrativa histórica com o presente

O trabalho do jornalista consiste em, dentre outras tantas coisas, procurar a novidade no tempo presente e o momento oportuno para que essa novidade se torne uma notícia. O êxito da notícia é medido conforme o consumo e a repercussão que ela obtém. Ou seja, pode-se afirmar que são os acontecimentos do presente que determinam o rumo do trabalho jornalístico. A esse fenômeno, os profissionais da área da comunicação social chamam de “gancho jornalístico” – nada mais é que a oportunidade perfeita de publicação de uma matéria que antes era não muito atrativa, não muito lucrativa, não muito oportuna. Sobre essa questão, Laurentino Gomes explica já no início do livro *1808*:

Em 1997, Tales Alvarenga era editor da redação da revista *Veja* e eu, seu editor executivo. Inspirado por uma experiência bem-sucedida nas comemorações do primeiro centenário da Proclamação da República, Tales encomendou-me uma série de especiais históricos, que seriam distribuídos com a edição regular de *Veja* como brinde para seus assinantes e compradores de banca. O projeto incluiria o Descobrimento, a fuga da família real portuguesa para o Brasil e a Independência. Desses três, apenas o primeiro foi publicado, no ano 2000, e distribuído no Brasil e em Portugal junto com as revistas *Veja* e *Visão*, sob o título *A Aventura do Descobrimento*. Quanto ao especial de D. João VI, Tales decidiu cancelá-lo por falta de “gancho”, expressão que, no vocabulário das redações, significa motivo ou oportunidade para que uma reportagem seja publicada. (GOMES, 2001, p. 15)

No entanto, Gomes continuou com o projeto que culminou em seu primeiro livro: *1808*, que veio a ser publicado um ano antes do aniversário de 200 anos da vinda da família real portuguesa ao Brasil – era o “gancho” perfeito! E não deu outra, os índices de vendagem comprovam o grande sucesso de circulação que o livro atingiu. Tais datas comemorativas – as já citadas datas múltiplas de cinco – invocam o passado, quase que obrigando a lembrar coletiva-

mente. Nesses momentos oportunos, “pipocam” produções que “presentificam” o passado: séries de TV, documentários, edições especiais em periódicos, filmes, livros, etc. Enfim, uma “economia midiática do presente que não cessa de produzir e consumir o acontecimento”, transformando o próprio tempo em mercadoria (BONALDO, 2010, p. 38).

Como é colocado por Bonaldo, essa economia midiática do presente faz com que “as reivindicações da memória (sua urgência por suprir a carência de orientação dos homens numa narrativa que representasse uma continuidade no fluxo do tempo)” tendam a ser atendidas por aqueles agentes que tenham as melhores condições de supri-las (BONALDO, 2010, p. 38). Ou seja, é necessário que, além de contatos editoriais, estilo na escrita, disponibilidade para vender sua força de trabalho intelectual, haja uma sensibilidade ao tempo presente. A respeito disso, Beatriz Sarlo afirma:

a história de grande circulação é sensível às estratégias com que o presente torna funcional a investida do passado e considera totalmente legítimo pô-lo em evidência. Se não encontra respostas na esfera pública atual, ela fracassa e perde todo o interesse. A modalidade não acadêmica (ainda que praticada por um historiador de formação acadêmica) escuta os sentidos comuns do presente, atende às crenças de seu público e orienta-se em função delas. Isso não a torna pura e simplesmente falsa, mas ligada ao imaginário social contemporâneo, cujas pressões ela recebe e aceita mais como vantagem do que como limite. (SARLO, 2007, p. 13)

Ao agir no e pelo presente, a história pública garante um sentido, respostas às indagações levantadas pelos indivíduos. Sarlo ainda afirma que o sucesso da sustentação do interesse público pela história de grande circulação é decorrência de seu esquema explicativo pautado na redução do campo das hipóteses (considerado pela academia influenciado por princípios múltiplos), que produz uma “clareza argumentativa e narrativa que falta à história acadêmica”; “portanto, impõe unidade sobre as descontinuidades, oferecendo uma ‘linha do tempo’ consolidada em seus nós e desenlaces” (SARLO, 2007, p. 14).

Percebe-se no livro *1808* essa preocupação mercadológica que, sem o peso das exigências teórico-metodológicas que pautam o trabalho do historiador, se vê livre ou mais autônomo para “presentificar” o passado, descrevendo minuciosamente seus personagens, cenários, sensações, emoções, diálogos, entre outras coisas. Corresponde, desta forma, aos anseios de seus leitores, pois parece fornecer uma história com respostas, não muito contraditória com o senso comum destes.

1808: um romance histórico?

Em seu blog oficial, Laurentino Gomes, falando sobre “os desafios da linguagem no ensino de História”, afirma:

O Jornalismo desenvolveu técnicas eficientes na tarefa de atrair e reter a atenção do leitor. Isso explica, por exemplo, os subtítulos dos dois livros, que se referem a “uma rainha louca” e a “um príncipe medroso” na obra 1808 ou a “um escocês louco por dinheiro”, em 1822. Esse recurso bem humorado é usado com o propósito de provocar o interesse do leitor, como se faz, por exemplo, em um título de capa de revista ou em uma manchete de jornal. O que pretendo demonstrar com os meus livros é que a História pode ser fascinante, divertida e interessante, mas sem ser banal. Ampliar o interesse do público pelo tema sem banalizar o conteúdo é um desafio de vital importância. Nos meus livros, procuro usar elementos pitorescos, engraçados, às vezes até bizarros, de um acontecimento ou personagem para chamar a atenção de um leitor mais leigo. Mas em seguida, tendo capturado sua atenção, é necessário também dar um mergulho mais profundo. Essa é uma linha tênu e perigosa. Se o autor ficar só na superfície e na banalidade, o livro não oferecerá contribuição alguma, será irrelevante. Se, ao contrário, der um mergulho muito profundo, não conseguirá prender a atenção desse leitor menos especializado. Um segundo grande desafio é tentar desvendar os personagens em carne e osso por trás dos mitos.

Então, segundo as reflexões do autor, pode-se concluir que Gomes caminha sobre um divisor de dois campos: o conteúdo e a forma. Se acaso ele pende mais para o conteúdo histórico, dando um “mergulho profundo” nas análises e explicações sobre as reflexões do passado, corre o risco de se tornar “desinteressante”, de atingir a poucos indivíduos, traindo, assim, um dos seus principais objetivos declarados já no início do livro que é, contrapondo-se ao estilo da linguagem “excessivamente acadêmica” dos historiadores, “tornar esse pedaço da história brasileira mais acessível para leitores que se interessam pelos acontecimentos do passado” (GOMES, 2007, p. 22). Por outro lado, se o autor prioriza a forma, o estilo, há o perigo de colocar em segundo plano o conteúdo. Sem oferecer contribuição alguma ao leitor, sua produção torna-se supérflua, perdendo o caráter de “livro de história”.

O fato de Laurentino Gomes demonstrar a preocupação em não se atentar apenas em capturar a atenção do leitor através do “divertido”, do “pitoresco”, do “engraçado”, mas também em buscar uma explicação conteudista às suas afirmações, é um bom motivo para não considerar o livro 1808

como um “romance histórico”, na medida em que ele não mescla a história com a ficção, pelo contrário, o uso constante de citações de historiadores é um exemplo de que há uma preocupação em resgatar o passado sem recorrer a enredos fictícios. No entanto, chega muito próximo de um romance histórico quando procura “desvendar os personagens de carne e osso” em um enredo que tem começo, meio e fim. Sem a mesma preocupação que a historiografia tem em trabalhar conceitos e métodos, Gomes se vê livre para tratar dos personagens, ressaltando suas características humanas, colocando-os em um cotidiano, chamando atenção aos detalhes dos acontecimentos. Como por exemplo, já no início do capítulo intitulado “A partida”:

O dia 29 de novembro de 1807 amanheceu ensolarado em Lisboa. Uma brisa leve soprava do leste. Apesar do céu azul, as ruas ainda estavam tomadas pelo lamaçal, devido à chuva do dia anterior. Nas imediações do porto, havia confusão por todo lado. Um espetáculo inédito na história de Portugal se desenrolava sobre as águas calmas do Rio Tejo: a rainha, seus príncipes, princesas e toda a nobreza abandonavam o país para ir viver do outro lado do mundo. Incrédulo, o povo se aglomerava na beira do cais para assistir à partida. Às 7h da manhã, a nau Príncipe Real inflou as velas e começou a deslizar em direção ao Atlântico. Levava a bordo o príncipe regente, D. João, sua mãe, a rainha louca D. Maria I, e os dois herdeiros do trono, os príncipes D. Pedro e D. Miguel (GOMES, 2007, p. 64).

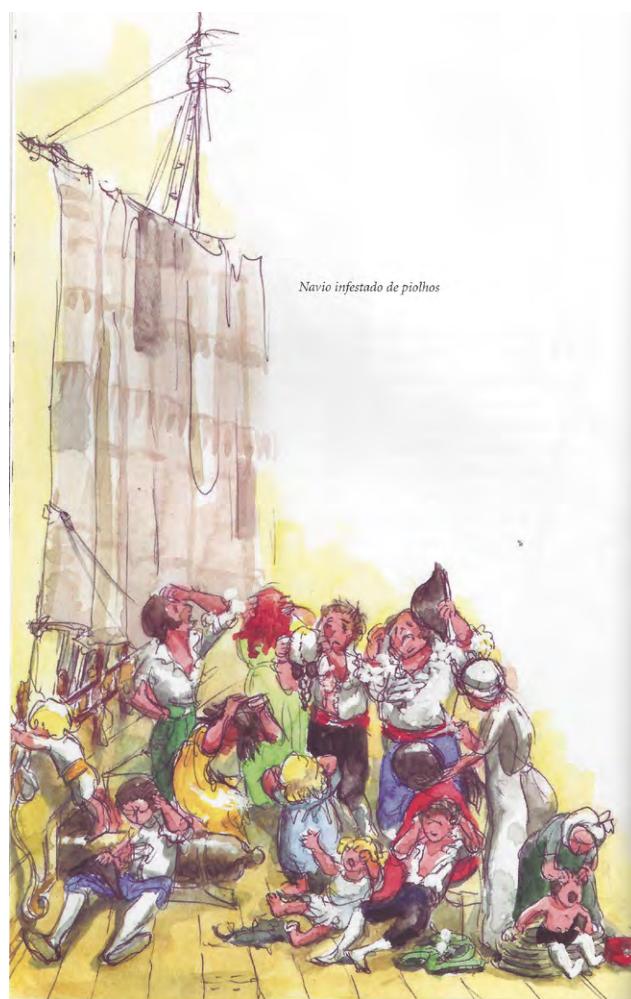
Gomes compõe sua escrita de uma maneira poética, adotando, de certa forma, elementos ficcionais à sua não-ficção, tocando sensivelmente, despertando o imaginário do leitor que é “transportado” para o passado, sendo capaz de sentir os cheiros, as emoções, ouvir os ruídos, tocar as pessoas, enfim, de participar das cenas. Como afirmou a professora da USP, Maria Aparecida de Aquino, na entrevista com Gomes no programa *Roda Viva*, o livro 1808 “não está falando de artistas pop de rock, mas de D. Pedro, de D. João VI, que não são assim tão charmosos na realidade”, mas transforma esses personagens de maneira interessante aos leitores, trazendo os acontecimentos históricos tão distantes do presente de forma atrativa, envolvente. Outro exemplo que explora os detalhes, “presentificando” o passado, está presente no capítulo “A Viagem”:

Nos primeiros dias de viagem, enquanto ainda estavam no hemisfério norte, ondas fortes despejavam água gelada sobre o convés superlotado, onde os marinheiros trabalhavam em meio ao nevoeiro e às rajadas de vento frio. Com vazamentos no casco, os barcos faziam água copiosamente. Muitos tinham

as velas e cordas apodrecidas. O madeirame gemia sob o impacto das ondas e do vento, espalhando o pânico entre os passageiros não habituados às agruras do oceano. Náuseas coletivas tomaram conta de todos os navios. Depois de algumas semanas, já na altura da linha do Equador, o frio do inverno europeu deu lugar ao calor insuportável, agravado pela ausência de ventos numa região famosa pelas calmarias do Atlântico. O excesso de passageiros e a falta de higiene e saneamento favoreceram a proliferação de pragas. No Alfonso de Albuquerque, em que viajava a princesa Carlota Joaquina, uma infestação de piolhos obrigou as mulheres a raspar os cabelos e a lançar suas perucas ao mar. As cabeças carecas foram untadas com banha de porco e pulverizadas com pó anti-séptico (GOMES, 2007, p. 85)

No livro *1808, versão juvenil*, a cena torna-se ainda mais angustiante quando é complementada

pela ilustração caracterizando a embarcação com piolhos. A predominância de cores quentes na cena transmite a sensação do calor tropical, acompanhando as camisas semiabertas dos homens. Pode-se observar a aflição e o desespero nas expressões dos personagens que coçam, insistentemente, suas cabeças. Em meio aos personagens tão próximos uns dos outros, transmitindo a sensação de superlotação do navio, vê-se uma serviçal já cortando os cabelos longos de uma dama; ao lado da cena, uma criança aparece debruçada sobre a proa, ilustrando a frase adaptada da versão original: “o enjoo era coletivo. A corte portuguesa não parava de vomitar por sobre as amuradas dos navios” (GOMES, 2008, p. 51).



Fonte: GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo: Ed. Planeta Jovem, 2008, p. 50

Todos esses elementos que ajudam a descrever minuciosamente a cena reportam o leitor que quase participa do evento, disponibilizam uma proximidade muito grande com o passado, proporcionando um efeito de realidade. Este artifício romanesco é muito interessante na medida em que torna a história um produto atraente e sedutor, prendendo a atenção do leitor que se vê seduzido e interessado em continuar a leitura. Essa estratégia jornalística de “atrair e reter a atenção do leitor”, como colocada por Gomes, no entanto, se não utilizada com precaução pode cometer, perante aos olhos metodológicos dos historiadores, alguns deslizes como anacronismos e juízos de valor, como se verá adiante.

Os perigos de anacronismos e juízos de valor

Como estratégia para aproximar e prender a atenção do leitor, o livro *1808* recorre em alguns momentos ao uso do imaginário. Em alguns casos, essa chamada é direta, como por exemplo, já no início do primeiro capítulo do livro:

Imagine que, num dia qualquer, os brasileiros acordassem com a notícia de que o presidente da República havia fugido para Austrália, sob a proteção de aviões da Força Aérea dos Estados Unidos. Com ele, teriam partido, sem aviso prévio, todos os ministros, os integrantes dos tribunais superiores de Justiça, os deputados e senadores e alguns dos maiores líderes empresariais. E mais: a esta altura, tropas da Argentina já estariam marchando sobre Uberlândia, no Triângulo Mineiro, a caminho de Brasília. Abandonado pelo governo e todos os seus dirigentes, o Brasil estaria à mercê dos invasores, dispostos a saquear toda e qualquer propriedade que encontrassem pela frente e assumir o controle do país por tempo indeterminado. Provavelmente, a primeira sensação dos brasileiros diante de uma notícia tão inesperada seria de desamparo e de traição. Depois, de medo e revolta. E foi assim que os portugueses reagiram na manhã de 29 de novembro de 1807, quando circulou a informação de que a rainha, o príncipe regente e toda a corte estavam fugindo para o Brasil sob a proteção da Marinha britânica. (GOMES, 2007, p. 31).

O artifício utilizado é muito interessante na medida em que prende e faz com que o leitor entre e imagine a cena, tornando-se, até mesmo, empático com a situação. No entanto, esse exercício torna-se perigoso quando há o risco do leitor carregar valores pertencentes ao tempo em que se situa, mas estranhos ao tempo passado a que se reporta. Sobre essa passagem específica do livro *1808* acima citada, Bonaldo afirma: “entre o ‘imagine que’, o ‘provavelmente’ e o ‘foi assim que os portugueses reagiram’, existe uma linha essencialista de interpretação cujo ponto de partida e chegada é a própria contemporaneidade” (BONALDO, 2009, p. 214). Essa contrafactualidade, isto é, o exercício de imaginar o que poderia ter acontecido quando voltamos ao passado, faz com que se corra o risco de cometer anacronismos. Essa é outra especificidade da narrativa histórica desse tipo de trabalho: as estratégias formais, retóricas, estão acima da preocupação com o rigor historiográfico. É mais importante ilustrar, atrair e convencer do que ser rigoroso; e se o rigor tiver que ser sacrificado diante daqueles objetivos, será.

A maneira equivocada de analisarmos deter-

minado período histórico carregando valores que são próprios do tempo presente é um dos maiores deslizes considerados pelos historiadores; para Bloch é o pecado mais imperdoável do ofício. Ainda que se admita a impossibilidade dos indivíduos em se libertar dos valores, dos conceitos, dos pensamentos, das paixões, das posições tomadas no tempo presente ao se voltarem ao passado, é necessário que se tenha a consciência de que isso ocorre. Diante disso, a tarefa do historiador consiste em trabalhar adequadamente com as duas temporalidades em questão: a sua e a que está sendo analisada. Bloch coloca a importância do auxílio da “dupla linguagem”, a da época estudada e a do presente do historiador, para que o mesmo consiga fazer a distinção entre as temporalidades e não cometer anacronismo.

Outro caso que pode dar margem ao anacronismo, acompanhado de juízo de valor, presente também nas duas versões do livro:

D. José, herdeiro do trono e irmão mais velho do príncipe regente, D. João, havia morrido de varíola porque sua mãe, D. Maria I, tinha proibido os médicos de lhe aplicar vacina. O motivo? Religioso. A rainha achava que a decisão entre a vida e a morte estava nas mãos de Deus e que não cabia à Ciência interferir nesse processo (GOMES, 2007, p. 56).

Na época, Portugal era um país muito religioso; o próprio autor chega a afirmar que “a vida social pautava-se pelas missas, procissões e outras cerimônias religiosas. O comportamento individual e coletivo era determinado e vigiado pela Igreja Católica” (GOMES, 2007, p. 56). Na versão original do livro, o autor ainda acrescenta uma nota ao parágrafo, reafirmando:

Na época em que D. José morreu, a vacina contra a varíola já era aplicada em vários países europeus. A rainha Maria I, porém, não autorizou que o filho mais velho e herdeiro do trono fosse vacinado, “por escrúpulos religiosos”, segundo o historiador Pedro Calmon, em *O rei do Brasil, vida de D. João VI, 1943*, p. 34. Mais tarde, já sob a regência de D. João, toda a família real receberia a vacina (GOMES, 2007, p.312).

A impressão transmitida é que o atraso de Portugal se dava, exclusivamente, por conta da religião; e a rainha, por causa de sua religiosidade, deixou seu filho morrer. Isso fica ainda mais acentuado na versão juvenil, quando, na mesma passagem, o autor acrescenta: “(...) A rainha – que posteriormente enlouqueceria – achava que a decisão entre a vida e a morte estava nas mãos de Deus” (GOMES, 2008, p. 36). A religião é

transmitida aqui com conotação pejorativa. Ou seja, o passado é analisado com uma condição moral que conduz a maniqueísmos, entre bem e mal, certo e errado. Marc Bloch, sobre os julgamentos do passado e a procura por um culpado, afirmava: "De quem é a culpa ou mérito?", diz o juiz. O cientista contenta-se em perguntar "por quê?" e aceita que a resposta não seja simples. (BLOCH, 2001, p. 157) Compreender, portanto e não julgar – é um dos objetivos da análise histórica e nada tem a ver com atitude de passividade.

Outra questão bastante acentuada no livro e que, de certa forma, abre portas que conduzem juízos de valor, é sobre a cidade do Rio de Janeiro. Em várias passagens, a cidade é retratada como suja, habitada por pessoas desconhecedoras dos bons costumes. Por exemplo:

Sob o calor úmido dos trópicos, imperavam a preguiça e a falta de elegância no modo de se vestir e se comportar. Emanuel Pohl, naturalista que acompanhou a princesa Leopoldina ao Brasil, observou que os homens viviam de chinelo, calças leves e jaqueta de chita. As mulheres, envoltas em rosários de onde pendiam santinhos, passavam a maior parte do dia com camisa simples e saia curta. (GOMES, 2007, p. 144).

A passagem reflete uma visão eurocêntrica da história do Brasil. O membro da Missão Austríaca, Emanuel Pohl, pertencia ao grupo de cientistas que tinham como missão registrar a flora e a fauna brasileira. Pohl passou cerca de quatro anos no Brasil fazendo seus registros que culminaram, mais tarde, no livro *Viagem no Interior do Brasil. Empreendida nos Anos de 1817 a 1821 e Publicada por Ordem de Sua Majestade o Imperador da Áustria Francisco Primeiro*. Gomes, ao escrever sobre o Rio de Janeiro, usufrui muito dos relatos de viajantes. No entanto, a maioria desses relatos transmite visões eurocêntricas e preconceituosas a respeito do Brasil e de seus habitantes. É importante lembrar que neste período as ideias de eugenio predominavam no "mundo civilizado", acreditava-se na evolução e no progresso das "raças" em que o homem branco e europeu era a principal referência de progresso.

Caso semelhante ocorre na versão juvenil e ilustrada do livro *1808*. Antes de falar da cidade do Rio de Janeiro, há uma imagem alocada em uma página inteira acompanhada pela frase: "A limpeza da cidade estava confinada aos urubus". A frase, que aparece entre aspas, não revela seu autor – o historiador Oliveira Lima, que vai ser descoberto somente quatro páginas à frente.



"A LIMPEZA DA CIDADE ESTAVA CONFINADA AOS URUBUS"
Fonte: GOMES, Laurentino. 1808. São Paulo: Ed. Planeta Jovem, 2008, p. 80.

Esta imagem, no entanto, chega a ser curiosa na medida em que a maioria das pessoas que aparecem retratadas são indivíduos negros, que, por sua vez, estão ocupando o papel daqueles que sujam a cidade, que deixam sua limpeza "confinada aos urubus". É certo que o livro traz a informação de que, na época em questão, a maioria da população que habitava o Brasil era descendente de africanos; no entanto, quando o autor atrela a imagem à afirmação, sem nenhuma explicação próxima, a impressão primeira que transmite é a de que os africanos tinham péssimos hábitos de higiene; assim, quando nas páginas seguintes for explicar, o leitor já terá projetado uma determinada situação. A imagem transmite um estereótipo e, cognitivamente, para o leitor, cria o estigma do africano só na condição do trabalho servil, do escravo trabalhador.

Caricaturizações presentes no enredo

Um primeiro objetivo apontado por Gomes no livro *1808* foi: “O propósito deste livro é resgatar a história da corte portuguesa no Brasil do relativo esquecimento a que foi confinada e tentar devolver seus protagonistas à dimensão mais correta possível dos papéis que desempenharam duzentos anos atrás” (GOMES, 2007, p. 21). Criticando a forma caricata como são retratados os personagens no filme de Carla Camurati – *Carlota Joaquina: princesa do Brasil*, o objetivo de Gomes acaba soando um pouco frustrante; a “dimensão mais correta possível dos personagens” é, no livro, a reafirmação caricata já corrente pela mídia: uma princesa ninfomaníaca, uma rainha louca, um D. João que come esganadamente suas coxinhas, sempre escondidas nos bolsos.

Dentre os personagens de *1808*, o mais charmoso é, sem dúvida, D. João VI. A maneira como Gomes constrói o personagem, dispondo, com a ajuda dos historiadores, uma série de afirmações pitorescas sobre o príncipe regente, convidando o leitor para que se sirva da que mais lhe agrada:

As definições a respeito de D. João emitidas pelos historiadores costumam ser depreciativas. Luiz Norton: “Era fisicamente grotesco e a sua obesidade doentia lhe dava um ar pacífico e simpático”.

Pandiá Calógeras: “Era querido, mas também carinhosamente e tolerantemente desprezado por sua fraqueza e sua covardia. Com sua opinião ninguém se preocupava, e isto o levava a esconder seus sentimentos, bem como a procurar vencer adiando as soluções, lançando seus conselheiros uns contra os outros, um ministro em oposição a seus colegas. Lograva realizar seus intutos pela força tremenda da apatia e do adiamento. Triunfava cansando seus adversários”.

Lilia Schwarcz: “Apagado e sem voz ativa”.

Oliveira Martins: “Sofria de vertigens e ataques de melancolia, por padecer de hemorróidas. A má saúde amarelava-lhe a cor do rosto flácido, donde pendia o conhecido beiço, sem vida, peculiar dos Bourbons”.

Oliveira Lima: “Baixo, gordo, [...] tinha de aristocrático as mãos e pés muito pequenos, mas de vulgar as coxas e pernas muito grossas mesmo em relação à corpulência, e sobretudo um rosto redondo sem majestade nem sequer distinção, no qual avultava o lábio inferior espesso e pendente dos Habsburgos” (GOMES, 2007, p. 153).

As “autoridades científicas”, que se dedicam ao árduo trabalho com as fontes primárias, são recortadas e encaixadas no texto, reafirmando a figura de um D. João bonachão, gordo e medroso.

Não se faz uma desconstrução, um uso crítico dessas fontes; estas servem muito mais como instrumento ilustrativo/afirmativo do enredo. Já a versão juvenil e ilustrada do livro *1808* vai procurar construir esse personagem caricato através de outra metodologia, não se utilizando tanto das citações de historiadores, mas através das ilustrações colocadas no livro: D. João, por exemplo, aparece ora com medo, ora mórbido e cabisbaixo.



D. JOÃO



D. JOÃO TINHA MEDO DE TROVÃO

Fonte: GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo: Ed. Planeta Jovem, 2008, p. 21 e 91, respectivamente

Essa valorização das caricaturas parece ser uma característica típica da narrativa histórica de grande circulação. Adorno e Horkheimer (2002, p. 18), por exemplo, afirmam:

Não obstante, a indústria cultural permanece a indústria do divertimento. O seu poder sobre os consumidores é mediado pela diversão que, afinal, é eliminada não por um mero *diktat*, mas sim pela hostilidade, inerente ao próprio princípio do divertimento, diante de tudo que poderia ser mais do que divertimento.

O uso da caricatura, portanto, não é uma consequência da narrativa composta por Gomes, mas uma opção metodológica utilizada pelo autor, que tem como um dos objetivos centrais atrair leitores. Essa acentuação exagerada das características dos personagens traz uma dimensão mais humana dos indivíduos, destacando seus erros, seus defeitos, suas angústias que são retratadas de uma maneira pitoresca, instigante e divertida. No entanto, o perigo está na redução e simplificação dos fatos históricos, camuflando um processo que, na verdade, é muito mais complexo do que parece. Por exemplo, quando o autor se refere à fuga da corte de Portugal:

Se não havia alternativa, também não se justifica o uso de malabarismos semânticos para amenizar ou disfarçar o que de fato ocorreu: uma fuga pura e simples, apressada, atabalhoada, sujeita a erros e improvisações. A pressa foi tanta que, na confusão da partida, centenas de caixas repletas de prata das igrejas e milhares de volumes da preciosa Biblioteca Real, entre outras coisas, ficaram esquecidos no cais de Belém, em Lisboa. A prata seria derretida pelos invasores franceses e recuperada pelos ingleses alguns meses mais tarde. Os livros só chegariam ao Brasil em 1811 (GOMES, 2007, p.23).

O termo utilizado pelo autor para se referir à vinda da família real Portuguesa para o Brasil, por si só é caricato e reduz a complexidade dos acontecimentos históricos em questão. No entanto, isso não significa que Gomes desconheça outras formas de abordar esse fato, pelo contrário, no livro mesmo ele afirma:

Oliveira Lima se refere a “transladação da corte”. Luiz Norton chama de “transferência voluntária” ou de “transposição da sede portuguesa”. Ângelo Pereira fala em “retirada da família real para o Brasil”. Tobias Monteiro trata de “transplantação”. Outros usam expressões como “transmigração” ou “mudança”. Este livro chama o evento de fuga, substantivo adotado igualmente pelos historiadores Pereira da Silva, Jurandir Malerba e Lília Moritz Schwarcz, entre outros (GOMES, 2007, p. 23).

A opção pelo tratamento do fato histórico como “fuga”, potencialmente dá mais enredo, maior dramaticidade à história. Gomes tem a pretensão de “marketizar” a história, de atrair leitores consumidores, para isso, procura produzir uma história interessante, atraente, sedutora e pitoresca que se diferencie daquilo que geralmente é encontrado nos livros didáticos e nos livros acadêmicos. Desta forma, não se pode afirmar que Gomes desconheça a história, ou que seu produto seja de má fé, com qualidade duvidosa, pois os objetivos do autor ao produzir um livro de história diferem dos objetivos de um historiador acadêmico que tem uma maior obrigação com as regras e rigores do método. Além do mais, a história nunca esteve tão próxima dos indivíduos, sendo perceptível essa maior acessibilidade e interesse pelos fatos do passado.

Considerações finais

Ao que parece, os historiadores acadêmicos ainda estão banhados pela científicidade tão almejada do século XIX; poucos percebem, aceitam e topam descer de suas torres de marfim, traçando um diálogo próximo com os anseios de orientação temporal de uma dada sociedade. Enquanto isso, os jornalistas, literatos e demais agentes não especializados em história, livres da responsabilidade para com um método histórico, usufruem de suas técnicas - sensibilidade aos anseios do tempo presente, contatos editoriais, adequação estética aos padrões do mercado – captando a atenção de seus leitores, com o objetivo de vender suas narrativas sobre o passado.

Ainda que para isso geralmente adotem uma narrativa histórica singular, diminuindo o campo das hipóteses tão almejado pelos historiadores, o fato é que as reflexões acerca do passado nunca estiveram tão disponíveis e próximas dos indivíduos. E é importante que se “marketize” o conhecimento, para que as pessoas possam realmente ter acesso a ele. O livro *1808* é um bom exemplo, percebe-se com sua alta vendagem e popularidade como as pessoas gostam de história e estão interessadas em conhecer fatos e personagens históricos.

Para fazer com que os leitores sintam-se atraídos pelo processo de transferência da corte portuguesa para o Brasil no início do século XIX, um acontecimento tão distante do tempo presente desses leitores, Laurentino Gomes usufrui de diversas estratégias diferentes, como, por exemplo a valorização dos personagens, trazendo-os de uma forma

caricata, chamando a atenção de seus defeitos, de suas angústias, de suas características marcantes, de seus pormenores. Os próprios títulos dos capítulos revelam uma história personalista, feita por sujeitos importantes, o que a ajuda a ser popular porque combina com uma visão disseminada na sociedade de que quem faz a história são as pessoas importantes, os próceres. O mesmo tipo de coisa acontece com as imagens não problematizadas, tanto na versão original quanto na versão juvenil; isso se encaixa com o hábito de consumo acrítico de imagens e não cria problemas ou dificuldades para o entendimento. Pode-se perceber que, na narrativa jornalística da história, essas estratégias formais, retóricas, estão acima da preocupação com o rigor historiográfico. É mais importante ilustrar, atrair e convencer do que ser rigoroso, e se o rigor tiver que ser sacrificado diante daqueles objetivos, ele o será. Talvez seja isso que a torne tão popular e consumida.

Dante disso, a luta não deve ser para defender o “território do conhecimento acadêmico”, para que os historiadores sejam os únicos autorizados a refletir e narrar sobre história, mas deve haver reflexão sobre o ofício, os métodos empregados e os objetivos a serem atingidos. Por isso, a necessidade de considerar mais a importância da didática da história no trabalho dos historiadores/professores, tanto para que suas produções consigam atingir os sujeitos, quanto para que aconteça a análise desses mais diferentes discursos históricos presentes na sociedade, procurando saber o que é apreendido, o que pode ser apreendido e o que deveria ser apreendido em história.

Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. O iluminismo como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Fabrício Gomes. Entre a cultura histórica e a cultura historiográfica: implicações, problemas e desafios para a historiografia. **AEDOS** – Revista do corpo discente do PPG- História da UFRGS. Rio Grande do Sul. n. 5, vol. 2, jul - dez, 2009.

BENATTE, Antonio Paulo. História, ciência, escritura e política. In: GIMENES, Renato A. O.; RAGO, Margareth (org.). **Narrar o passado, repensar a**

história. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2000. BENTIVOGLIO, Julio. Leopold Von Ranke. In: MALERBA, Jurandir (org.) **Lições de História:** o caminho da ciência ao longo do século XIX. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010, p. 133-154.

BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. Tradução de Augustin Wernet. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.9, n. 19, p. 29-42, set. 1989/ fev. 1990.

BLOCH, Marc. **Apologia da história.** Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONALDO, Rodrigo Bragio. Sátira, liberalismo e ironia no *1808...*, de Laurentino Gomes: uma contribuição à crítica das mitologias do presentismo. **MÉTIS: história & cultura** – v. 8, n. 15, p. 201-220, jan./jun. 2009.

_____. **Presentismo e presentificação do passado:** a narrativa jornalística da História na coleção Terra Brasilis de Eduardo Bueno. 2010. 169 f. Tese (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010.

CERRI, Luis Fernando; FERREIRA, Angela Ribeiro. **Oficina de História III.** Curso de Licenciatura em História - modalidade a distância. Ponta Grossa : UEPG / NUTEAD, 2010.

CERRI, Luis Fernando. **A função da História de orientação temporal e o ensino escolar da História.** 2º Encontro de Diretrizes Curriculares Estaduais – História Seed-PR / Dep. de Ensino Fundamental – Faxinal do Céu, 4 a 7/10/04.

_____. **Ensino de história e consciência histórica:** implicações didáticas de uma discussão contemporânea. São Paulo: FGV, 2011.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e cultura histórica. **Saeculum** – Revista de História. João Pessoa. n.16; jan./jun. 2007.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. "1808" reconta era joanina com leveza. In: **Folha de S. Paulo.** São Paulo. 6 out 2007. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0610200721.htm> > Acesso em: 20 set 2012.

- GOMES, Laurentino. **1808**: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. 2^a ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.
- _____. **1808**: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil – Edição juvenil ilustrada. São Paulo: Editora Planeta Jovem do Brasil, 2008.
- _____. **Entrevista com Laurentino Gomes** [dez. 2011]. Entrevistador: Mario Sergio Conti. São Paulo: Programa Roda Viva – TV Cultura, 2011. Disponível em: <<http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/laurentino-gomes-3>>. Acesso em: 28 set. 2012.
- _____. **O desafio da linguagem no ensino de história**. Disponível em: <<http://www.laurentino-gomes.com.br/blog/#>>. Acesso em: 20 out. 2012.
- GRINBERG, Keila. Historiadores pra que? In: **Ciência Hoje On-line**, mar. 2012. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/em-tempo/historiadores-pra-que>>. Acesso em: 15 ago. 2012.
- JAMESON, Fredric. Pós-modernidade e sociedade de consumo. Tradução de Vinicius Dantas. **Novos Estudos** CEBRAP, São Paulo, n.º 12, pp. 16-26, jun. 1985.
- JARDIM, Lauro. De casa nova. In: **Revista Veja** – Acervo Digital. 31 mar 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/cultura/best-seller-laurentino-gomes-ja-tem-nova-editora-para-proximo-livro/>> Acessado em: 20 ago 2012.
- LANGLOIS, CH. V.; SEIGNOBOS, CH. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Ed. Renascença S.A., 1946.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Resenha, 1822. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Ed. SABIN. Ano 6, n.º 62, novembro de 2010. p. 92.
- REDAÇÃO ÉPOCA. 100 – Época. In: **Revista Época**. 20 nov 2009. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI106043-15228,00-EPOCA.html>> Acessado em: 23 set 2012.
- REIS, José Carlos. A Escola metódica dita “Positivista”. In: _____. **A História**: entre a filosofia e a ciência. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15-32.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história I**: fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- _____. **História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias ... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 19, 1997.
- WEINHARDT, Marilene. Consideração sobre o romance histórico. In: **Letras**, Curitiba: Editora da UFPR. n.43, p. 11-23, 1994. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/letras/article/view/19095/12396>> Acessado em: 08 set 2012.